



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

TERMO DE AUDIÊNCIA - CONCILIAÇÃO

Processo nº: **1008597-67.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**
 Requerente: **DANIEL DA SILVA LUIZ, CPF 262.563.798-61**
 Requerido: **LILIAN CRISTINA DA SILVA, CPF 282.753.318-97**
 Data da audiência: **12/09/2017 às 14:00h**

Aos **12 de setembro de 2017, às 14 horas**, na sala de audiências de conciliação da 4ª Vara Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência da Conciliadora, Dra. Maria Ofélia Di Lorenzo, OAB/SP 79.446, Conciliadora nomeada nos termos do Comunicado nº 502/03 da Eg. Corregedoria Geral da Justiça, comigo Escrevente Técnico Judiciário ao final nomeada, foi aberta a audiência de conciliação nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do autor Daniel da Silva Luiz, acompanhado de seu procurador, Dr. Carlos Alberto dos Santos, OAB/SP 268.012; da requerida, Lilian Cristina Lopes da Silva, acompanhada de sua procuradora, Dra. Patrícia Delicato Martines Barreto, OAB/SP 139.998. Iniciados os trabalhos pelo procurador do autor foi requerido o prazo de 05 dias para juntada de substabelecimento, o que foi deferido pela MMª Juíza. Ato contínuo, a proposta conciliatória resultou frutífera nos seguintes termos: 1. A requerida terá um prazo de 120 dias, a contar desta data, para desocupar o imóvel. 2. Enquanto residir no imóvel, nesse período de 120 dias, a requerida se responsabilizará pelos pagamentos das parcelas do financiamento do imóvel, na totalidade, do IPTU, da luz e da água. 3. O imóvel poderá ser vendido, inclusive durante esses 120 dias. Caso ocorra essa venda, o valor apurado será dividido entre as partes no percentual de 50% cada uma e a requerida desocupará o imóvel no prazo a ser combinado com o comprador. 4. No caso de ser vendido, este será quitado junto à Caixa Econômica Federal e o valor restante, dividido entre as partes, no percentual de 50% cada uma. 5. Caso o imóvel não seja vendido nesse período de 120 dias, a contar desta data (12 de setembro de 2017) após a desocupação, poderá ser alugado, desde que não seja para uma das partes envolvidas e o valor dos alugueres será dividido entre ambas, descontando-se o valor das parcelas de financiamento. 6. Enquanto o imóvel não for vendido ou alugado, após sua desocupação pela requerida, as partes arcarão com as despesas de financiamento, IPTU, luz e água na proporção de 50% cada uma. 7. Existe um valor relacionado ao IPTU de anos anteriores, cujo pagamento será da responsabilidade da requerida. O pagamento do IPTU pelas duas partes só ocorrerá após a desocupação do imóvel no prazo de 120 dias, a contar desta data, 12 de setembro de 2017. 8. O autor desiste da cobrança de valores relacionados aos alugueres e parcelas do imóvel até a presente data. Caso a requerida não desocupe o imóvel no prazo acordado, deverá pagar os alugueres desta data (prazo acordado) em diante. **9. A procuradora da requerida solicitou a expedição da certidão de honorários, visto ter sido nomeada pela Defensoria Pública.** E, por estarem assim acordados pela M. Juíza foi proferida a seguinte sentença: *“Homologo por sentença o acordo a que chegaram as partes. Extingo o feito com julgamento do mérito fundamentado no art. 487, III, “b” do NCPC. Homologo a desistência do prazo recursal. Certifique-se o trânsito em julgado. Expeça-se a certidão de honorários à procuradora da requerida. Arquivando-se a seguir.”* **NADA MAIS, saindo as partes cientes e devidamente intimadas. E para constar, lavrei o presente termo, que segue lido e assinado.** Eu, Ana Paula Lopes, digitei.

Conciliadora nomeada:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Autor:

Dr. adv. do autor:

Ré:

Dra. adv. da ré: